



PODER

Manobras do governo impactam Petrobras

Na tentativa de interferir em preços, Bolsonaro vê indicado recusar comando da estatal às vésperas da assembleia que votará próxima gestão

» MICHELLE PORTELA

A crise dos preços dos combustíveis já é considerada um dos maiores desafios enfrentados pelo presidente Jair Bolsonaro (PL). Com a desistência dos recém-indicados Adriano Pires e Rodolfo Landim para, respectivamente, a presidência da empresa e o comando do Conselho de Administração da estatal, o governo corre contra o tempo na busca por novos nomes, a pouco mais de uma semana da assembleia que votará a próxima gestão, marcada o dia 13.

Enquanto Landim anunciou já no domingo que não assumiria o conselho, Pires aguardou o fechamento da Bolsa de Valores, ontem — quando as ações da Petrobras caíram 0,94% —, para anunciar que não iria assumir a presidência da estatal, após Joaquim Silva e Luna ter sido demitido por Bolsonaro devido a divergências quanto à política de preços dos combustíveis.

Relatórios da Diretoria de Governança e Conformidade da Petrobras sobre o histórico do economista e do empresário apontaram problemas similares de conflitos de interesse, pois ambos possuem relações com empresas do mercado de energia.

Em função disso, o Ministério Público solicitou ao Tribunal de Contas da União (TCU) que Pires fosse impedido de assumir o cargo enquanto não houvesse uma investigação do governo (Controladoria-Geral da União e Comissão de Ética) e da Petrobras sobre a atuação dele no setor privado.

Em carta ao ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, Pires se disse “obrigado a declinar de tão honroso convite”. “Ficou claro para mim que não poderia conciliar meu trabalho

de consultor com o exercício da Presidência da Petrobras”, argumentou no documento. Ele é sócio-fundador do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE) e tem contratos de longo prazo com petroleiras e empresas de gás. “Iniciei, imediatamente, os procedimentos para me desligar do CBIE, consultoria que fundei há mais de 20 anos e que hoje dirijo em sociedade com meu filho. Ao longo do processo, porém, percebi que, infelizmente, não tenho condições de fazê-lo em **tão pouco tempo**”, acrescentou.

“Arcebispo”

Não adiantou a ofensiva da ala política do governo e da tropa de choque do Centrão para manter Pires à frente da petroleira. O principal apoio público partiu do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Cacique do Centrão, Lira ajudou a validar a indicação de Pires. A ofensiva não deu certo.

Na defesa do empresário, Lira ironizou as regras de governança que apontaram conflito de interesses. “Tem de ser arcebispo para ser diretor da Petrobras. Hoje, eu estava comentando aqui com o ministro (Gilmar Mendes): a pauta da imprensa, e talvez do Ministério Público, é condenar o possível presidente da Petrobras porque prestava assessoria a um grupo empresarial”, criticou. “Se eu sou da atividade privada, eu não posso trabalhar para nenhum grupo empresarial? Eu não posso prestar serviço? Eu não posso ter trabalhado, e isso vai me prejudicar nas minhas decisões lá na frente? A gente tem um falso moralismo, um julgamento precipitado, uma versão das ações, que só atrapalham o nosso país.”

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse “estar sem luz” sobre quem deve assumir a Petrobras. Ele não participou da

Arquivo pessoal



Adriano Pires: “Ficou claro para mim que não poderia conciliar meu trabalho de consultor com o exercício da presidência da Petrobras”

O fio da suspeita

Para assumir o comando da Petrobras, Adriano Pires teria de abrir mão de todos os contratos de longo prazo que a sua consultoria possui com as petroleiras e empresas de gás. A avaliação é de que, mesmo que isso ocorresse, depois da exposição pública dos problemas, ficaria a suspeita pairando sobre o economista de um eventual “acordo de gavetas”, aumentando o desgaste em torno da estatal — que começou com os ataques do presidente Jair Bolsonaro à política de preços atrelada ao mercado internacional.

indicação de Pires, mas um dos seus auxiliares está sendo cogitado para a presidência da estatal. É o secretário especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, Caio Mario Paes de Andrade. Ele tem avaliação positiva no Executivo pela implantação da plataforma GovBR, mas não tem experiência na área de petróleo e gás.

Analistas da Eurasia Group incluíram a Petrobras como o principal tema brasileiro a ser observado no mercado financeiro no momento. “O governo tem até 13 de abril para apresentar suas indicações à

diretoria da Petrobras e, provavelmente, buscará substitutos com “credenciais de mercado”, apostam os especialistas Christopher Garman e Daniela Teles.

Eles entendem que, com o preço do Brent em torno de US\$ 100, haverá menos pressão para a Petrobras aumentar os preços dos combustíveis no curto prazo. “No entanto, o governo pode continuar buscando substitutos que possam ajudar a limitar futuros aumentos de preços, se necessário, estendendo os limites da atual política de preços, com a assembleia de acionistas de 13 de abril oferecendo uma

oportunidade para tal mudança”, apontam.

A questão do controle de preços dos combustíveis pela estatal é um tema que preocupa o mercado. “Não é normal essa sequência de substituições”, disse o economista Eduardo Velho. “Tivemos diversas correções de preços bem atreladas ao valor de mercado. Não houve (no governo Bolsonaro) uma política de controle de preços como já houve no passado. No entanto, essa incerteza provoca maior volatilidade, inclusive, no próprio preço da ação da Petrobras”, ressaltou. (Com Agência Estado)

NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br

Trapalhada de Bolsonaro deixa Petrobras à deriva

Uma das características do governo Bolsonaro é a geração de crises endógenas, ou seja, criadas pelo próprio presidente da República ou seus auxiliares, sem nenhuma interferência da oposição. Por capricho ou esperteza do chefe do Executivo, a confusão armada na troca de comando da Petrobras é mais uma delas. No fundo, ocorre porque Bolsonaro se considera um presidente que pode tudo no governo, quando não é assim que funciona o Estado democrático de direito. O presidente da República tem seu poder limitado pela Constituição e pelas leis.

A gestão da Petrobras foi blindada pela nova legislação das estatais aprovada no governo do presidente Michel Temer. A chamada Lei de Responsabilidade das Estatais (Lei nº 13.303/16) foi uma resposta do Congresso aos escândalos investigados pela Operação Lava-Jato na maior empresa estatal brasileira, para dar uma satisfação à opinião pública. A nova legislação regulamentou o dispositivo da Constituição (art. 171, §1º) que exige um estatuto jurídico próprio para as empresas estatais.

A lei estabelece regras de governança corporativa para impedir as ingerências políticas nas empresas estatais, entre as quais a indicação e a ocupação

dos cargos de administração (art. 17, §2º) por políticos ou pessoas sem idoneidade e a necessária qualificação técnica. A lei tornou obrigatória a existência de um comitê interno cuja função é verificar se as indicações aos cargos de administradores cumprem as regras de governança corporativa.

A legislação também deu maior transparência e eficiência à gestão administrativa das empresas estatais, com a criação de diversos órgãos de controle (compliance, auditoria interna, comitê estatutário etc.), além de seguir expressas práticas de governança e de divulgação de informações. No caso da Petrobras, essas regras são ainda mais relevantes, porque a empresa é uma sociedade anônima, cujas ações são negociadas no mercado de capitais.

No caso da Petrobras, a política de preços da empresa não pode sofrer interferência do governo. Toda vez que existe essa ameaça, a empresa sofre as consequências no mercado financeiro. Bolsonaro vem tentando interferir na política de preços da empresa desde o começo de seu governo. A saída de Roberto Castello Branco do comando da estatal foi consequência dessas tentativas. Sua substituição pelo general

A LEI ESTABELECE REGRAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA PARA IMPEDIR AS INGERÊNCIAS POLÍTICAS NAS EMPRESAS ESTATAIS, ENTRE AS QUAIS A INDICAÇÃO E OCUPAÇÃO DOS CARGOS DE ADMINISTRAÇÃO

Joaquim Silva e Luna, atual presidente da Petrobras, tinha por objetivo controlar os preços dos combustíveis; o militar, porém, seguiu as regras da legislação vigente e a política de preços estabelecida pelo mercado de combustíveis, que é dolarizado.

Deu errado

Diante da necessidade de melhorar seus índices de aprovação popular, mirando a própria reeleição, Bolsonaro resolveu trocar o comando da empresa, indicando para presidente do Conselho de Administração o atual presidente do Flamengo, Rodolfo Landim, e para a presidência da diretoria da empresa, Adriano Pires, conhecido consultor da área de energia. Landim, que já foi funcionário

de carreira da empresa, obviamente, seria um aporte político importante para o governo, principalmente no Rio de Janeiro. Pires havia encantado o presidente da República com a proposta de criar um fundo especial para subsidiar o diesel e o gás de cozinha para mitigar a alta dos combustíveis provocada pela guerra da Ucrânia.

Deu errado. Não porque o mercado tenha reagido negativamente, mas porque os dois nomes não atendiam às exigências de compliance. Ao se despedir do cargo, no qual permanece apenas para abandonar o posto em meio à batalha, o general Silva e Luna havia advertido que a direção da empresa não comporta a presença de aventureiros; sabia bem o que estava falando. Tanto Landim como Pires desistiram da indicação devido a conflitos de interesses. Ambos têm

negócios com fornecedores e prestadores de serviços da estatal.

Ontem, Bolsonaro foi ao Rio de Janeiro para tentar convencer Pires a aceitar o cargo. Como sempre acontece, atribuiu aos “inimigos internos” as dificuldades enfrentadas pelo executivo, que está há mais de 20 anos à frente do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), consultoria especializada em inteligência, regulação e assuntos estratégicos para o setor de energia. Não é um neófito, se desistiu do cargo é porque sabe das dificuldades que enfrentaria.

A demissão de Silva e Luna por si só não muda a política de preços da estatal, que fez um forte reajuste em março, com aumento de 25% do diesel, 19% da gasolina e 16% do gás de botijão, a causa de sua saída. A demissão de Roberto Castello Branco, em fevereiro de 2021, também ocorreu após um reajuste de combustíveis, da ordem de 14,7% no diesel e 10% na gasolina pela estatal naquele mês. Esses aumentos decorreram do aumento do preço do petróleo, induzido pelos principais países produtores — Opep, Rússia e Venezuela, principalmente —, e da alta do dólar, que agora está caindo. São variáveis que não podem ser neutralizadas artificialmente.